

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação

## CONTRIBUTO PARA ENTENDER A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marcia H. T. de Figueredo Lima  
Doutora em Ciência da Informação UFRJ/IBICT,  
Professora adjunta do Departamento de Ciência da  
Informação da UFF, [marciahelolima@uol.com.br](mailto:marciahelolima@uol.com.br)

**Resumo:** Apresenta um traçado histórico da Ciência da Informação com o objetivo de detectar o momento de surgimento das discussões sobre direito à informação na área e resume a visão de González de Gómez sobre o caráter poliepistêmico e meta-informacional dos estudos nesse campo. Consistiu originalmente do primeiro capítulo de tese da autora.

**Palavras-chave:** informação; ciência da Informação; história; ação de informação

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa para produção de tese de doutorado<sup>1</sup> constituiu-se de uma análise meta-informacional sobre o conjunto da produção de autores brasileiros que escreveram sobre direito à informação entre 1988 e 2002 presentes na base de dados RVBI do Senado Federal. Teve, portanto, como eixo temático, a questão do direito à informação, tradicionalmente abordado segundo a ótica das ciências jurídicas, na busca de sua possível problematização no campo de estudos da Ciência da Informação.

Privilegiou-se o enfoque epistemológico porque se pretendeu buscar “...*formulações teóricas que atuam como elos interdisciplinares em torno do objeto de informação*”<sup>2</sup>. A contribuição desse estudo pareceu-nos ser importante “*para o debate sobre a constituição da fundamentação teórico-conceitual que virtualmente embasa as práticas político-culturais dos profissionais da informação*”<sup>3</sup>. Interessava-nos ver o que os juristas chamavam de informação e o que consideravam como direito ao objeto por eles referido. E, sobretudo, nos interessava ver como o direito à informação estava alocado epistemologicamente no rol dos direitos humanos. Mas, esta segunda preocupação já não poderia ser aqui apresentada pelos limites do estilo de comunicação, sendo deixada para outro trabalho.

Considerando que trabalhamos em nossa pesquisa com o olhar dirigido simultaneamente a dois domínios do conhecimento – a Ciência da Informação e o Direito -, pareceu-nos útil apresentar uma proposta de entendimento de nosso domínio de conhecimento que elege a informação como objeto de estudos, que nesse trabalho, resume-se ao esboço que se segue.

Assim, sem pretender revisar toda a produção histórica sobre a Ciência da Informação, recorreremos aos trabalhos de três autoras que nos auxiliaram a realçar o caráter meta-informacional da Ciência da Informação e a percepção da informação não como todo o discurso que se produz sobre algo no mundo, mas sim como aquele discurso que é deliberadamente produzido e/ou selecionado em contextos ou ambiências institucionalizados e que, portanto se rege por normas próprias de produção, recondução, perenidade, exclusão de discursos. Informação seria o discurso submetido a um conjunto de regras, um regime, portanto (conceito de González de Gómez) que o transformaria em informação por meio de ações de informação.

Nas partes que seguem, sempre lembrando que aqui se trata de uma síntese de parte de nossa tese de doutorado, apresentaremos um resumo histórico do surgimento da Ciência da Informação, traçando em rápidas linhas os focos de pesquisa que predominaram na área nas últimas décadas. Naquele momento de produção textual, este capítulo aqui resumido pretendia lançar bases de reflexão e comparação entre as três visões que selecionamos e os discursos jurídicos que encontráramos na fase de levantamento de dados. também tentaria demarcar a época em que o direito à informação iniciaria a ser tematizado na Ciência da Informação.

## 2 NOÇÕES HISTÓRICAS

A Ciência da Informação se constituiu na contemporaneidade de pós Segunda Guerra “*como uma nova demanda de cientificidade e como um sintoma das mudanças em curso que afetariam a produção e direção do conhecimento no Ocidente*” e aparece, desde suas primeiras manifestações, como um “*conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias*”<sup>4</sup>.

No contexto de surgimento desse conjunto de conhecimentos assim agregado por questões em torno de um objeto – a informação -, campos tradicionais de práticas da informação que lhe são historicamente anteriores – a Biblioteconomia, a Documentação, por exemplo, veriam deslocado o espaço ou o domínio de saberes e técnicas que fora

*até então ocupado quase exclusivamente pelas instituições de memória e a documentação (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação) e com o auxílio das novas tecnologias, colocava como seu eixo e função a construção de cartografias de meta-informação ou de “informações sobre a informação”.*<sup>5</sup>

Freitas concorda com González de Gómez sobre o deslocamento da atividade de reflexão sobre o objeto informacional reconhecendo “a constituição da Ciência da Informação nos esforços bibliográficos de organização de registros ou de seu acesso”<sup>6</sup>. A reflexão antes operada tradicional e institucionalmente em “lugares de memória” (na expressão de Pierre Nora<sup>7</sup>) passa a ser um objeto de interesse de pesquisa:

*Esta atividade apontava para uma certa fissura com o objeto das tradicionais atividades bibliotecárias, pois não envolvia diretamente a organização de acervos, mas de temáticas consideradas de interesse. Também se constitui fundação histórica da separação básica que, a nosso ver, possibilita a construção da noção de informação: o isolamento dos “conteúdos” de seus suportes físicos.*<sup>8</sup>

Assim, a Ciência da Informação tem como uma de suas marcas a autonomização do objeto informacional, entidade, dantes, sempre suposta nas atividades documentárias, mas, só a partir daí, efetivamente problematizada como objeto autônomo de indagação. Mas, a informação, teoricamente autonomizada neste novo campo disciplinar, nunca se liberou de seus suportes. Nos primeiros tempos, a Ciência da Informação - esse saber – foi constituído, em grandes linhas, pela produção de conhecimento baseada em

- a) estudos de recuperação da informação mediada por máquinas,
- b) formalização de linguagens para os sistemas de informação e
- c) estudos bibliométricos,

que “buscariam fundamentar generalizações e teorias na leitura de regularidades empíricas e em sua formalização nomológica<sup>9</sup>, tal como nas leis de Bradford e nas teorias epidemiológicas da ‘disseminação de idéias’ de William Goffman”<sup>10</sup>. Tratavam esses estudos de “ler” (e prever) o “comportamento” da informação.

Na década de 80, percebe-se

*a emergência de novos temas e abordagens sociológicas e antropológicas, que ora vão se aninhar nas práticas informacionais do local e do cotidiano, revigorando o papel das diversidades culturais, ora se empenham na busca de uma definição emancipatória do valor educacional e democrático da informação.*<sup>11</sup>

Nesse contexto de geração epistemológica, inicia-se na área um movimento de pesquisas descolado da informação científica e tecnológica e

*outras questões, que em outros países sinalizavam a renegociação do alcance do Estado de Bem-estar, indicavam a emergência de demandas sociais que em nossos países e nos contextos de “transição democrática”, traduzir-se-iam num novo associativismo, dando lugar ao alargamento do quadro jurídico-institucional, na Constituição do 88, incluindo junto às políticas sociais, a formulação do direito à informação.*<sup>12</sup>

Em estudo relativamente recente, Freitas, analisando os trajetos temáticos e as configurações discursivas da área de informação nos recortes específicos da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil e no mundo da década de 70 a 2001, constatou que

*a ascensão da discursividade econômico-gerencial privatizante e o correspondente descenso da discursividade do público e do cultural – a privatização dos sentidos – fazendo-se acompanhar da emergência de nova discursividade histórico-sociológica – o discurso dos novos tempos: pós-industrialismo, era ou sociedade da informação ou do conhecimento<sup>13</sup>.*

Resguardado o aspecto quase didático deste trabalho, o resumo feito até aqui nos pareceu suficiente para o objetivo que se propôs: detectar quais as grandes linhas de pesquisa que dominaram a área nas últimas décadas. Mas, para a especificidade de nossa pesquisa, uma outra questão prévia devia ser resolvida: o que se considera como informação? Qual a noção que temos de informação?

### **3 INFORMAÇÃO OU META-INFORMAÇÃO?**

O que é informação? É um “artefato” recontextualizado, responderia Fernandes em sua dissertação (1994)<sup>14</sup>, cujo sentido vem sendo historicamente construído<sup>15</sup>. Sobre a mutação histórica do sentido de informação, Fernandes chamaria a atenção para a constatação do filósofo da contracultura Teodore Roszak:

*Quando eu ainda era um adolescente, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a informação não era ainda um conceito estimulante. Como categoria intelectual apresentava uma posição modesta e marginal. Poucas pessoas a concebiam como tema de uma teoria ou de uma ciência (...). O uso público mais comum da palavra era associado, provavelmente à frase “Information, please”<sup>16</sup>*

e observaria, ela mesma que

*Esta nova conotação, este novo significado de informação na sociedade moderna<sup>17</sup> atrela-se não ao fluxo de saberes oriundos da comunicação interpessoal dos homens na sociedade, mas à informação da informação, a informação que sofreu a ação da gestão institucional.<sup>18</sup>*

Observe-se que Foucault, em seu discurso de posse no Collège de France em 1971 chamaria a atenção sobre a diferença entre o que seria um discurso destinado a permanecer e as palavras fugidias que se dizem no decorrer dos dias e das trocas, destinadas a desaparecer:

*o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence (p.8)...Há os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os que ... para além de sua formulação são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos; os literários; em certa medida textos científicos.<sup>19</sup>*

Se considerarmos a informação como um discurso, então será forçoso reconhecer que a informação é uma espécie, cujo gênero é o discurso que guarda em si as características de ter sido dantes fixado em algum suporte, tem pretensão de permanecer, foi tratado institucionalmente em vista do pressuposto - ou antecipação - de uma potencial reutilização ou valor legal de guarda (como documentos cartoriais, por exemplo)<sup>20</sup>. Se toda informação é um discurso (douto, sábio, prático, político), nem todo discurso é informação – o “conjunto universo” das coisas que se dizem e que se destinam a passar com o ato mesmo de sua enunciação. A maior parte dos

discursos do “mundo da vida”<sup>21</sup>, seguramente, está inclusa nesta segunda categoria e não virá a ser informação.

Por seu turno, González de Gómez, realçando a plurivocidade e o caráter poliepistêmico do termo informação e sobre a intencionalidade na construção da informação – artefato, portanto - que sofre interferência humana. afirmaria:

*Com efeito, além de tratar-se de um termo flutuante que, tal como o de ‘democracia’ , produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, “informação” designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a diversas “camadas” ou “estratos” de realização. Formam parte desses estratos a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão - sonoras, imagéticas, textuais, digitais/analógicas -; os sistemas sociais de inscrição de significados – a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o software e o hardware, as infra-estruturas das redes de comunicação remota; os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas.*

*De maneira simplificada, podemos dizer que a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação desses vários estratos, em contextos concretos de ação, e chamaremos ao fatum dessa constituição de um valor ou evidência de informação, **uma ação de informação** <sup>22</sup>.*

Assim, informação pode ser considerada como um discurso recolhido da imensidão dos discursos produzíveis segundo as regras da língua, dizíveis em meio aos sistemas de exclusão dos ditos e que sofreu pelo menos uma ação de informação que, na Ciência da Informação, chamamos de seleção. Uma ação de informação é aquela que, segundo a mesma autora, “*antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como **informação** – tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como **documento***”<sup>23</sup>.

Para Fernandes

*tudo o que se encontra na forma representacional pode ser potencialmente reconhecido como sendo potencialmente informação. No entanto, nem tudo o que se encontra sob tal forma é reconhecido como informação, o que implica que estar sob a forma representacional é condição necessária, mas não suficiente para que algo seja considerado como informação.*<sup>24</sup>

A informação, para Fernandes e outros autores, como Freitas em sua abordagem sobre “*as condições gerais de seu [da Ciência da Informação] aparecimento e de sua reivindicação de disciplina científica*”<sup>25</sup>, é uma categoria que emerge a partir da desintegração moderna do conhecimento<sup>26</sup>

*A gestão dos saberes (além dos seus aspectos de dominação) é uma ação que procura sanar a fragmentação, a separação. Procura dar coerência, recuperar a perdida união, o sentido de fazer parte de, de estar em contato com. Gerir tudo o que se sabe à quase totalidade, gestão esta tomada a cargo institucionalmente. O produto resultante desta gestão, a informação é colocado à disposição como um meio de (re)ligar o que foi separado*<sup>27</sup>.

Esse construto intencional (artefato) que emerge, então recontextualizado e re-significado dos diferentes processos de gestão institucional dos saberes, retém como característica fundamental a “ação de informação” sinalizada por González de Gómez, que, na nossa visão, nada mais é do que uma antecipação construída pela inferência (e interferência) prático-teórica profissionalizada e institucionalizada de possíveis demandas para fins de uso potencial ou virtual.

Etimologicamente, mesmo, informar é pôr em forma e toda ação de informação, tautologicamente, põe em forma, via uma ação de gestão – uma ação de informação - que modifica a forma inicial de um saber originário, de onde se conclui “produzir informação é produzir um significado novo para algo”<sup>28</sup>.

Se afirmamos a informação como artefato produzido institucionalmente, então isto implica em lembrar que toda a ação de informação se inicia por um processo seletivo e toda a seleção implica em rarefação, em “efeito de raridade” para iniciarmos a utilização da terminologia foucaultiana<sup>29</sup>. Fernandes afirma mesmo que “*informação é seleção e sentido, qualquer um ou qualquer motivo que leve à sua produção*”.

Sobre o aspecto seletivo das ações de informação, quer sejam elas exercidas por indivíduos, organizações ou atores coletivos, González de Gómez afirmaria que as práticas decisórias seletivas são inerentes à informação:

*alguma forma de seleção individual e social, de caráter emocional, cultural, prático e gnoseológico participa da emergência de um valor de informação(...) essas instâncias seletivas e decisórias não operam sobre um campo de informações já constituídas ex post, mas intervêm na própria constituição de algo a ser designado como informação ou do domínio da informação: ex ante*<sup>30</sup>.

Os atos decisórios típicos de um sistema de informação (seleção, aquisição, representação, disponibilização para o uso) que definem, *ex ante*, o que será ou não, considerado informação em cada contexto, se constituem sobre uma intencionalidade pragmática sobre-determinada explícita e formalmente ou tácita e não formalizada que sofrem de uma “indecidibilidade estrutural”<sup>31</sup>: são uma decisão antecipada sobre um uso, não pelo gestor, mas por um outro sujeito, uso, portanto, indecível pelo gestor, já que será posterior, futuro, provável, suposto, virtual, que há de acontecer, enfim, *ex post*.

Essa indecidibilidade estrutural gera conseqüências que são da ordem daquilo que, nas Ciências Sociais, se convencionou chamar de “dupla hermenêutica”: política e epistemológica<sup>32</sup>. Do ponto de vista epistemológico a indecidibilidade estrutural da informação retira-a do campo dos objetos neutros sujeitos a procedimentos universais de verificação. Do ponto de vista político, a seletividade inerente às ações de informação implicaria em uma “politicidade *a priori*”<sup>33</sup> - seu valor, finalidade ou prioridade são definidos – *ex ante* - de acordo com estruturas e posições de poder: as ações de informação “ditam” “qual é o caso em que a informação é o caso”<sup>34</sup>.

As ações de informação, contextualizadas e referidas a uma organização e a uma estrutura “modelam”, assim, a informação que passa a guardar mais conexão com estes contextos antecipatórios – que, do ponto de vista lógico são suposições, não quaisquer suposições porque institucionalmente produzidas e conduzidas, mas sempre suposições - do que com os universos por ela referenciados, razão pela qual também é possível afirmar que “*não há isomorfismo entre os universos de informação e os universos por ela referenciados*”<sup>35</sup>. Esse “caráter institucional” das ações de informação é, em resumo, composto de “*rituais organizacionais, práticas profissionais, formas jurídicas estabelecidas e condições das atividades econômicas e administrativas*” envolvidas para a efetivação das ações de informação<sup>36</sup>.

A partir da constatação de que toda ação de informação é caudatária de um processo seletivo:

*Uma das tarefas principais das atividades específicas de informação tem sido a de participar de processos organizacionais de estabilização de discursos sociais, colocando marcas, formalizando padrões e identificando relações de procedência e pertinência. Desse modo, recortam-se no continuum discursivo as unidades e os*

*corpos de informação, como um periódico, um artigo de periódico, uma monografia, uma citação ou um autor corporativo. Serão essas unidades e sub-unidades, sistematizadas, reproduzíveis e quantificáveis, as que admitem remissivas, cópias e procedimentos de guarda e distribuição de informação* <sup>37</sup>.

A estabilização de discursos sociais remete novamente a Foucault no tangente aos sistemas de exclusão dos discursos. Dentre eles, a vontade de verdade é um sistema de exclusão que elege dispositivos e instituições privilegiadas:

*Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edições, das bibliotecas, como as sociedades de sábios autores, os laboratórios hoje. Mas ela é também é reconduzida mais profundamente sem duvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”* <sup>38</sup>.

Neste sentido, as ações de informação típicas dos sistemas institucionalizados de informação estão dentre os dispositivos de estabilização de discursos sociais: têm por função precípua selecionar e guardar discursos destinados a permanecer e a serem reconduzidos.

Ainda sobre a questão da informação - central na Ciência da Informação -, González de Gómez afirmaria que um dos grandes desafios da pesquisa na área de Ciência da Informação, resultantes do “caráter poli-epistemológico do domínio”, é desenvolver programas e estratégias de pesquisa articulando os modos de conhecimento específicos de cada estrato. E apresenta um quadro didático sobre os diferentes estratos nos quais a informação pode/vem sendo estudada:

Estratos da informação e condições de acesso

ESTRATOS INFORMACIONAIS	MODALIDADES	FORMAS DE AÇÃO/ OPERAÇÃO	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
Informação (semântica)	Modos intersubjetivos de significação; definição cultural e social de uma evidência ou “testemunho” de informação, suas condições de geração, de transmissão, de recepção e de adesão.	Ações abertas e plurais/polimórficas, conforme diferenciais semânticos / pragmáticos dos atores.	Conhecimento antropológico-lingüístico (Regras/ usos/ práticas).
Metainformação	<b>Modos organizacionais de regulamentação / estabilização de práticas discursivas informacionais.</b>	<b>Estabilização organizacional de ações e discursos.</b> Contratos institucionais/ organizacionais.	Conhecimento político, administrativo, organizacional (contratos).
Infraestrutura de informação	Modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados-mensagem- informação.	Operações genéricas; interoperabilidade; transportabilidade e comutatividade digital das mensagens.	Conhecimento técnico e tecnológico (Modelos, interfaces).

Fonte: González de Gómez, 2003, *op. cit.*

Assim, é meta-informacional o estudo que interroga o objeto informacional como um discurso estabilizado institucionalmente através das práticas discursivas que a agenciam, conduzem, reconduzem, fazem preservar e disponibilizar para efeito dessa recondução.

Ainda que não tenha sido objeto de nossa pesquisa discutir especificamente o quadro acima, modificamos a cor no plano que nos interessava enfatizar, porque recorreremos à explicação de González de Gómez sobre o necessário recurso a outros campos do saber quando tratamos do artefato informacional:

*Quando nos situamos nos contextos organizacionais onde se agenciam e regulam os ciclos e fluxos sociais da informação, e que nós gostamos de denominar de “plano de meta-informação” - porque nele se definem os critérios, os contextos e as categorias que controlam as relações de uma informação com outras informações e com os domínios de produção social de conhecimentos - será necessário recorrer a noções sociológicas e políticas (como os conceitos de instituição, organização, contrato), assim como incorporar as abordagens das áreas de gestão.*

Assim, uma análise meta-informacional estará atenta a domínios regionalizados de produção da informação: a informação científica, a informação jurídica, a informação jornalística. Como se produz essa informação? Quem são seus produtores? Quais as regras que compõem o “regime de informação” neste domínio?

É, ainda González de Gómez que reflete

*Essa diversidade de condições epistemológicas não deve ser confundida, porém, com uma indefinição metodológica eclética ou relativista. A Ciência da Informação recebe das Ciências Sociais seu traço identificador, que serve de princípio articulador dessas diversidades, e que corresponde ao que nos estudos metodológicos se denomina como a “dupla hermenêutica”. Seja qual for a construção do objeto da Ciência da Informação, ele deve dar conta do que as diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação, numa época em que essa noção ocupa um lugar preferencial em todas as atividades sociais, dado que compõe tanto a definição contemporânea da riqueza quanto na formulação das evidências culturais. O objeto da Ciência da Informação tem que ser considerado como uma construção de significado de segundo grau a partir das práticas e ações sociais de informação, que constituem seu domínio fenomênico.*

Dessa maneira, toda análise sobre informação compreendida como um saber que sofreu uma ação (intencional) de informação gera uma meta-informação: é informação sobre a informação. Uma análise de um periódico é uma análise meta-informacional. No periódico, os artigos (discursos) ali recebidos são produzidos e selecionados intencionalmente segundo normas editoriais institucionalizadas e definidas *ex ante*. O conjunto dessa produção intencional gera uma unidade de informação que forma uma série, ou seja, a coleção da própria revista. A análise desse periódico como um todo, suas intenções, seu público suposto, sua linguagem, sua forma gráfica, a ideologia que o sustenta – tudo isso – é uma análise que gera informação sobre a informação – meta-informação.

#### **4 À GUIA DE CONCLUSÃO**

O espaço destinado a esta comunicação se esgota. A tese estava recém-começando. O capítulo aqui resumido teve, então, duas intenções. Primeiro, tentara circunscrever o momento de

produção intelectual em que o direito à informação aparecera na área: a década de 80, neste sentido foi um marco temporal importante.

Segundo, tentara identificar o que os cientistas da informação consideram como sendo informação. Muitas outras vozes poderiam ter falado. Detivemo-nos em três visões, as quais já haviam rastreado uma larga produção anterior. Os lugares de memória, espaços onde tradicionalmente se trabalhava com informação, geram meta-informação e os cientistas da informação analisam, muitas vezes, meta-informação.

A informação, como um discurso produzido no mundo, só recebe esta feição especificamente informacional quando selecionada dentre os demais para permanecer. É um artefato que traz em si a marca da seleção e um vir a ser que pretende uma relativa perenidade – está destinada a permanecer. Para ser informação ela há que ser selecionada e reconduzida a fim de que não pereça. É informação quando entra na ordem dos discursos selecionados (e rarefeitos) por ações intencionais dos agentes nos sistemas de informação, nos lugares de memória, nos periódicos, nas bases de dados. O domínio fenomênico sobre os quais os cientistas de informação se debruçam, então, já traz em si estes dois atributos de seletividade e rarefação (contrário da explosão informacional?).

Como capítulo inicial, parecia-nos satisfatório pensar no objeto de estudos da Ciência da Informação como meta-informação. Precisaríamos, ainda, para analisarmos os resultados obtidos nos levantamentos para conclusão da tese, de um largo arsenal de ferramentas teóricas sobre o Direito, o direito à informação, para entender como se dava a produção de informação sobre direito à informação.

Mas, esta visão da informação previamente selecionada dentre discursos produzidos segundo certos regimes de produção abre o caminho para os cientistas da informação. Desvendar os regimes – as regras de produção dos discursos que se tornam informação abre inúmeros modos de olhar a informação e variados caminhos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, Geni Chaves. O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais entre três visões. Rio de Janeiro, 1993. 166 F. Dissertação – (Mestrado – Ciência da Informação – Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo : Loyola, 1996. 79 p. Aula inaugural no College de France proferida em 02.12.70. Primeira edição francesa: 1971

FREITAS, Lídia Silva de. **A ciência da informação e as teorias do contemporâneo**: análise de discurso institucional sobre a atual condição da informação. São Paulo, maio de 1999. Projeto de Pesquisa apresentado em Exame de Qualificação ao Curso de Doutorado em Ciências da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

FREITAS, Lídia Silva de. A teia dos sentidos: o discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (5: 2003: Belo Horizonte) **Anais**: Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003a.

FREITAS, Lúcia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: *um esboço arqueológico*. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, rio de Janeiro**, v. 2, n. 2, 2003b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélica. Para uma reflexão epistemológica da Ciência da Informação. 1999. O texto apresentado no CUIB foi publicado numa coletânea: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Questiones epistemológicas de la Ciencia de la información . In: *Problemas sobre teoría y epistemología de la Ciencia Bibliotecológica y de la Información. Discusión y análisis*. Comp. Miguel Angel Rendón Rojas. México: UNAM/CUIB, 2000

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélica. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em ciência a Informação, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélica. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero : Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.6, dez 2000, Artigo 03. Disponível em <http://www.Acesso> em 11.03.2004.

HABERMAS, Jürgen. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem no mundo da vida. In: \_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.

IBICT. **Linhas de pesquisa**. Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo. Um mundo de discursos raros e memórias frágeis: uma leitura sobre (de)(in)formações profissionais inspirada em Foucault, Colombo e Pêcheux. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 47-56, jul./dez. 1999.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo. O direito de informação em discussão: se eles, os jornalistas, por que não nós, os demais profissionais de informação. 2. SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO DA UFF (A Informação e a Reforma do Estado) e 1. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUDESTE. (1988, Niterói). **Anais**. Niterói: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/NÚCLEO DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, 1998. p.149 – 164.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo. **Jornalistas e bibliotecários e a visão do direito de informação no Campo de Atividades de Informação**. Rio de Janeiro, set. de 1998. 19 f. Projeto apresentado para seleção ao Curso de doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio CNPq/IBICT - UFRJ/ECO.

ROSZAK, Theodore. **O culto da informação**. São Paulo : Brasiliense, 1988.

---

<sup>1</sup> LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. **Pela reconstrução epistemológica do direito à informação: um estudo metainformacional da *opinio juris* brasileira contemporânea**. 2004. 300 f. Tese (Doutorado) – UFRJ/ECO-CNPq/IBICT. Orientadora Maria Nélica González de Gómez. Defendida em 29.11.2004.

<sup>2</sup> IBICT, 1998. IBICT. **Linhas de pesquisa**. Rio de Janeiro, 1998.

- 
- <sup>3</sup> FREITAS, Lúcia Silva de. **A ciência da informação e as teorias do contemporâneo**: análise de discurso institucional sobre a atual condição da informação. São Paulo, maio de 1999. Projeto de Pesquisa apresentado em Exame de Qualificação ao Curso de Doutorado em Ciências da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- <sup>4</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v.1, n.6, dez 2000, Artigo 03. Disponível em <http://www.datagramazero.com.br>. Acesso em 11.03.2004.
- <sup>5</sup> *Ibidem*.
- <sup>6</sup> FREITAS, Lúcia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: *um esboço arqueológico*. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003b. p. 3
- <sup>7</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- <sup>8</sup> FREITAS, 2003b, *op. cit.*
- <sup>9</sup> **Nomologia** - [De *nomo-* + *-logia*.] S. f. 1. Estudo das leis que presidem aos fenômenos naturais (Dicionário Aurélio *on line*).
- <sup>10</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, *op. cit.*
- <sup>11</sup> *Ibidem*.
- <sup>12</sup> *Ibidem*.
- <sup>13</sup> FREITAS, Lúcia Silva de. A teia dos sentidos: o discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003: Belo Horizonte. **Anais**: Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003a, p. 2.
- <sup>14</sup> FERNANDES, Geni Chaves. **O que é Ciência da Informação**: identificação através de relações conceituais entre três visões. 1993. 166 f. Dissertação – (Mestrado) – Ciência da Informação – Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1994. p.
- <sup>15</sup> Não fez parte das intenções da tese (nem desse trabalho) discutir toda a dimensão cultural envolvida em “*uma abordagem antropológica, que lida com a informação como artefato ou dimensão da cultura*”, que requeria trabalhar com centralidade o conceito de cultura, segundo González de Gómez (*op. cit.*) Em meio à diversidade de abordagens possíveis, a escolha de uma abordagem preferencial da tese encaminhou-se para uma abordagem de contornos da sociologia e da filosofia jurídica que realçarão as virtudes comunicacionais embutidas na construção do Direito.
- <sup>16</sup> ROSZAK, Theodore. **O culto da informação**. São Paulo : Brasiliense, 1988. p. 17. “*Information please*” equivale no Brasil ao “Auxílio à lista”, número 102. O tradutor brasileiro sabiamente manteve a expressão norte-americana no original para conotar o sentido de informação anterior à Segunda Guerra que não seria possível no português.
- <sup>17</sup> Observe-se a demarcação temporal do surgimento da informação como construto na Modernidade.
- <sup>18</sup> FERNANDES, *op. cit.* p. 20.
- <sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo : Loyola, 1996. 79 p. Aula inaugural no Collège de France proferida em 02 de dezembro de 1970. Primeira edição francesa de 1971. p. 22
- <sup>20</sup> Feliz lembrança de Maria Odila Kahl Fonseca: não importa quem (ou se) um documento desta espécie poderá um dia vir a ser consultado, importa antes o seu valor legal (Informação oral).
- <sup>21</sup> “Mundo da vida” – conceito recorrente em Habermas, a partir da filosofia husserliana “Não vou me deter aqui no método de Husserl, nem no contexto que cerca a introdução do seu conceito de mundo da vida: eu me aproprio do conteúdo material dessas pesquisas, estribando-me na idéia de que também o agir comunicativo está embutido num mundo da vida responsável pela absorção dos riscos e pela proteção de retaguarda de um consenso de fundo. As realizações explícitas de entendimento por parte daqueles que agem comunicativamente movimentam-se no horizonte de convicções comuns e indubitáveis; a inquietação através da experiência e da crítica parece que se rompe de encontro a uma rocha profunda, ampla e inamovível de modelos consentidos de interpretação, de lealdades e práticas”. HABERMAS, Jürgen. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem no mundo da vida. In: \_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002. p. 86
- <sup>22</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, *op. cit.*
- <sup>23</sup> *Ibidem*. No mesmo sentido, ver GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 9.
- <sup>24</sup> FERNANDES, *op. cit.*, p. 129.
- <sup>25</sup> FREITAS, *op. cit.*, 2003b, p.2.
- <sup>26</sup> *Ibidem*, p. 131.

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 131-132.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>29</sup> Já discutimos o efeito foucaultiano da rarefação dos discursos como consequência dos processos seletivos inerentes às ações informacionais em LIMA, Marcia H. T. de Figueredo. Um mundo de discursos raros e memórias frágeis. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 47-56, jul./dez. 1999.

<sup>30</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em ciência a Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999. p. 8

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>32</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, *op. cit.*=

<sup>33</sup> GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999, p. 9.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 11. Não constou dentre os objetivos de nossa tese uma discussão sobre a modelagem como uma das possibilidades ou pressupostos para construção da informação, de resto, conduzida por González de Gómez no citado artigo.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 10

<sup>37</sup> *Ibidem*, meu o grifo.

<sup>38</sup> Foucault, *op. cit.* p. 17-18.